



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 31/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 2960/2009 (82 vols.).

Apensos: Processos nº 4170/2008 e 4482/2011

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal do Careiro.

4- Exercício: 2008.

5- Responsáveis: Sr. Hamilton Alves Villar, Prefeito Municipal do Careiro.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação Conclusiva nº 355/2015 (fls. 16192/16206).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 418/2015-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 16208/16208V).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal do Careiro. Exercício de 2008.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade** o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

Emite Parecer Prévio, recomendando a **Desaprovação das Contas da Prefeitura Municipal do Careiro**, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do **Sr. Hamilton Alves Villar**, nos termos do art. 31, parágrafos 1.º e 2.º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 e art. 1.º, inciso I e art. 29 da Lei n.º 2423/96.



PARECER PRÉVIO Nº 31/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

9- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

10- Data da Sessão: 17 de Junho de 2015.

11- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

12- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em sessão

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL

Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES

Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 31/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2015)

1-Processo TCE nº 2960/2009 (82 vols.).

Apenso: Processos nº 4170/2008 e 4482/2011

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal do Careiro.

4- Exercício: 2008.

5- Responsáveis: Sr. Hamilton Alves Villar, Prefeito Municipal do Careiro.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação Conclusiva nº 355/2015 (fls. 16192/16206).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 418/2015-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 16208/16208V).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal do Careiro. Exercício de 2008.

Contas Irregulares. Multas. Prazo. Recomendação à origem. Notificação do interessado. Arquivamento dos processos anexos 4482/2011 e 4170/2008.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relato, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1- À unanimidade, no sentido de:

9.1.1- Julgar Irregulares as Contas da Prefeitura Municipal do Careiro, referentes ao exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do ordenador de despesa, **Sr. Hamilton Alves Villar**, conforme o art. 22, inciso III, alínea “a”, “b” c/c art. 25, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE), considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas **desta instrução**;

9.1.2- Recomendar à origem que observe com rigor o cumprimento das normas legais, principalmente no que diz respeito:

a) Às disposições da Lei Complementar Estadual nº 06/91, como também os da Lei Complementar n. 24/2000, quanto à documentação e prazos de Prestação de Contas e Balancetes Mensais;

b) Aos prazos previstos nas Resoluções TCE nº 06/2000; e 07/2002 (ACP);

c) Ao cumprimento ao art. 156, §1º da Constituição Estadual do Amazonas de 1989;

d) Às regras aos jurisdicionados estabelecidas pela Resolução TCE-AM nº 04/2002 - Regimento Interno;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 31/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 31/2015)

e) Aos preceitos legais ínsitos na Lei nº 4.320/64, no Art. 115, § 2º do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986 e no Art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, no tocante à Dívida Fundada e sua amortização;

9.1.3- Notificar o interessado com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso;

9.1.4- Determinar o arquivamento dos processos anexos (4482/2011; 4170/2008), considerando que os mesmos já se encontram julgados, e tramitam junto aos presentes autos para fins de informação.

9.2 – Por maioria, no sentido de:

9.2.1- Aplicar multa ao Sr. Hamilton Alves Villar, Prefeito à época no Município do Careiro, exercício de 2008, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, **no valor de R\$ 8.800,00**; em face do disposto nos itens 20/39, do Relatório/Voto;

9.2.2- Aplicar multa ao Sr. Hamilton Alves Villar, Prefeito à época no Município do Careiro, exercício de 2008, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, II da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, **no valor de R\$ 13.152,36**, em face aos atrasos de remessa dos dados pelo Sistema Auditor de Contas Públicas (ACP) nos 12 meses do ano de 2008, conforme consta no item 15 e 16 do Relatório/Voto;

9.2.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das **multas no montante de total de R\$ 21.952,36** aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Vencido o Voto Destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, que votou aplicação das multas em valores fixados na legislação vigente a época dos fatos.

10- Ata: 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 17 de Junho de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em sessão

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral